



Nelson Rodrigues e a Censura Teatral

Carolina Oms¹

Resumo

Nelson Rodrigues foi sistematicamente censurado. Nos jornais, nas peças, nos livros ou nas novelas. Mesmo sendo o autor, desde a encenação de ‘Vestido de Noiva’, considerado um dos responsáveis pela renovação do teatro brasileira. Estudaremos como se deu o trabalho da censura nas peças do autor, suas conseqüências para o teatro e suas reverberações na sociedade – analisando como a mídia e a própria sociedade se comportaram frente a essa arbitrariedade que foi a censura.

Palavras-chave: *Nelson Rodrigues; Censura; Teatro; Moral.*

1. Introdução:

O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida dentro do eixo de pesquisa ***O poder e a Fala na Cena Paulista*** do Arquivo Miroel Silveira (AMS) da Biblioteca da ECA/USP. Este é composto por 6.147 processos de liberação de peças teatrais para apresentação pública. Resultado da submissão das peças à apreciação do Departamento de Diversões Públicas de São Paulo, o arquivo cobre um período que se estende de 1925 a 1972.

Este eixo de pesquisa: ***O poder e a Fala na Cena Paulista***, sob responsabilidade da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, parte da compreensão de que a Censura Prévia - que acompanhou o desenvolvimento do teatro em São Paulo, e em todo o Brasil, durante as décadas de 1930 a 1970 - permite entender e detectar os processos de popularização das artes através das mídias e de acirramento das relações entre o estado e o teatro.

¹ Graduanda em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Desenvolve o trabalho junto ao projeto temático “A Cena Paulista: um estudo da produção cultural de São Paulo a partir do Arquivo Miroel Silveira” no eixo temático “O Poder e a Fala na Cena Paulista”, sob orientação da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes.

Tem como foco de estudo os termos ou expressões censurados que se apresentam nas peças que foram parcialmente liberadas. Estas apresentam diferentes graus de interferência do censor. Há uma grande maioria de processos que exibem cortes de uma a cinco palavras, mas também existem peças que mostram intervenção mais agressiva do censor, com o corte de dezenas de linhas.

Além do estudo dos motivos e preocupações censórias um novo foco se estabelece: a análise da censura exercida sobre um autor específico. Os levantamentos anteriormente realizados instalaram seleções de acordo com o período histórico, nesse momento a delimitação passou por uma mudança, o que o define a seleção é a autoria, no caso do presente projeto, o autor Nelson Rodrigues. Escolhido por sua presença substancial no arquivo – são 13 processos de censura e onze peças – e por sua importância no cenário cultural brasileiro da época e da atualidade. Ele é, desde a sua morte, o dramaturgo brasileiro mais representado.

Tendo o autor atingido o status de unanimidade nacional, calaram-se todas as vozes, inclusive a dos censores, que teimavam em definir sua obra como sensacionalista, melodramática ou mórbida.

A terceira peça de Nelson Rodrigues, *‘Álbum de família’*, foi proibida nacionalmente. Isso porque, já nessa época, o autor era conhecido pelo sucesso de crítica e de público da peça *Vestido de Noiva*, até hoje conhecida como marco inicial do teatro moderno brasileiro.

Essa foi a primeira vez que Nelson foi censurado, mas não foi a última. A peça *Senhora dos afogados* foi vetada nacionalmente, e quando liberada, foi proibida no Estado de São Paulo. Também *Perdoa-me por me traíres* foi proibida nesse estado, graças a uma iniciativa da Liga das Senhoras Católicas. Mas todas as vezes que o governo, a igreja ou algum órgão da sociedade ameaçava impedir a encenação das peças ou de partes dela, o autor não ficava de braços cruzados.

Sua principal arma era a mesma que lhe censuravam: a palavra. Midiático, Nelson chegou a usar o veto da censura como arma publicitária, como aconteceu com a peça *Anjo Negro*, no cartaz publicitário.



Apetite promocional:
página inteira no "Diário da Noite"

Toda essa movimentação que o autor, que também era jornalista, causava em torno das peças e, principalmente, da censura, se encaixam perfeitamente no segundo momento da pesquisa: o estudo das reações da mídia frente à censura e através desse estudo desvendar a legitimação da censura e sua imagem para a mídia e para a sociedade.

Cada processo do Arquivo Miroel Silveira fala sobre o embate entre a herança censória, presente desde os tempos coloniais, e os anseios por uma expressão nova, autêntica e livre. Desde o estado brasileiro republicano essa prática foi um ato de fundação, para impor um determinado contorno de cidadão ideal, uma determinada identidade nacional.

A censura também revela um sentimento de culpa e de inferioridade em relação à cultura brasileira. Sentimento que remonta à moralização dos costumes imposta pelos portugueses. A colônia vista como um purgatório, espaço habitado por infiéis, selvagens e pecadores, onde haveria a obrigação de se intervir, corrigir e punir.

A análise de jornais e de outras manifestações midiáticas demonstra que a sociedade como um todo, mesmo em períodos democráticos, desenvolveu certa cumplicidade com a censura, manifestada nos abaixo-assinados, nos artigos de apoio ou mesmo nos silêncios.

A história das censuras das peças de Nelson Rodrigues desmistifica o embate que se travava em torno da cultura e do conhecimento produzido no país, que colocava governo acima como vilão, mídia no meio como combatente e sociedade. Para exemplificar esses comportamentos analisaremos o processo de censura de três importantes peças '*Perdoa-me por me traíres*', '*Boca de Ouro*' e '*Senhora dos Afogados*'.

2. *Senhora dos Afogados*: liberada pelo ministro da Justiça, vetada pela censura paulista

Senhora dos afogados, escrita em 1947, recebeu o carimbo da censura no Rio. Nelson propôs ao ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita, que uma “comissão de intelectuais” opinasse se ela deveria ou não ser encenada, ambos acatariam o resultado. O ministro aceitou e até concedeu a Nelson que escolhesse a comissão, este procurou ser honesto e político, escolhendo nomes moralmente respeitados na época: Alceu Amoroso Lima, Olegário Mariano e Gilberto Freyre. Nelson sabia que Alceu votaria pela interdição,

mas achou que Mariano e Freyre votariam a seu favor, enganou-se, e a peça foi interdita por dois votos pela manutenção.

Em 1953, Getúlio Vargas nomeia Tancredo Neves Ministro da Justiça, conterrâneo de um amigo íntimo de Nelson Rodrigues, Otto Lara Resende. Através dele a peça foi liberada e seria representada no TBC, primeira vez que o autor estrearia em São Paulo.

Mas com pouco mais de duas de ensaio o elenco desistiu de encenar a peça, em uma decisão inédita da casa de espetáculos.

Quase quarenta anos depois, os veteranos do TBC têm várias explicações para o fato de Senhora dos Afogados ter sido rejeitada. Nenhuma delas pode ser totalmente aceita ou contestada de olhos fechados, mas todas juntas talvez formem um quadro que explique por que a maior companhia do teatro brasileiro nunca encenou o maior dramaturgo brasileiro (CASTRO, 1992).

“Não havia clima para Nelson Rodrigues na São Paulo dos anos 50”; “O TBC costumava abandonar ensaios de repente”; “Nelson era excessivamente carioca”, “O TBC detestava autores brasileiros”, “A peça era fúnebre”. O próprio autor passou a acreditar nas fofocas que responsabilizavam a atriz Cacilda Becker pelo fim dos ensaios (CASTRO, 1992).

A explicação que Nelson Rodrigues e Ruy Castro procuravam está no Arquivo Miroel Silveira.

Nas explicações dadas em nenhum momento foi cogitada a censura, mas como imaginar que o DDP de São Paulo passaria por cima de uma decisão tomada pelo Ministro da Justiça?

Há, no entanto, no Arquivo Miroel Silveira o requerimento de censura da peça, de Ary Prado Marcondes, pelo TBC, datado de 13 de maio de 1953. O parecer do censor A. Conde Scrosoppi justifica a censura em forma de tópicos, aqui resumidos, mas procurando manter ao máximo as palavras utilizadas no documento:

- a) Imoral. Ao tratar do assassinio de uma prostituta, apresenta diálogos fortes entre membros de uma mesma família. Além disso, o quinto ato se dá em um prostíbulo;
- b) Violenta. Os assuntos, numa dialogação nua e crua, giram em torno de assassinos brutais, fratricídios, insinuações de incestos e uxoricídio;
- c) Desagregadora. Desrespeita e avilta os amores mais sagrados, afrontando a nossa moral cristã, num clima de ódios, em que altercam freneticamente os membros de uma família;

d) psiquiátrica. Os seus personagens são doentes mentais, cuja ação só poderia ser assistida, sem distúrbios nervosos, por pessoas dotadas de forte personalidade ou especialistas na matéria.

A peça foi vetada no Estado de São Paulo e, provavelmente, o autor, nunca ficou sabendo do fato. *Senhora dos Afogados* acabou sendo encenada no Rio, em 1954, pela Companhia Dramática Nacional, patrocinada pelo Serviço Nacional de Teatro, a direção era de Bibi Ferreira. E mesmo no Rio de Janeiro, onde o autor era conhecido e reconhecido, não estreou sem barulho.

Antes de a peça começar o ministro Tancredo Neves foi cumprimentar o autor nos camarins do Municipal. A platéia, ao final, dividiu-se, uma parte gritava "GÊNIO" e a outra "TARADO". O autor não agüentou e reagiu, gritando do palco: "BURROS! BURROS!".

Mas é preciso contar-se ao público - que não foi nem irá ao Municipal ver *Senhora dos Afogados* - o que fazem as personagens da nova tragédia de Nelson Rodrigues, sempre falando em morte e sexo, partes do corpo e roupas íntimas.²

Depois da estréia conturbada a peça seguiria semanas tranquilas em cartaz, talvez, “alertados” pelo crítico Mário Nunes, os moralistas tenham ficado em casa. A peça ainda iria a Recife e a Salvador. Mas nunca veio a São Paulo antes da morte do autor, nem em 1959, quando o texto seria novamente submetido à censura, pelo requerente Alfredo Arduini de Lemos, empresário do Teatro dos Moços. No parecer do censor Marcio de Assis Brasil:

A peça *Senhora dos Afogados*, à mim hoje distribuída, de autoria de Nelson Rodrigues, foi proibida, depois de examinada pelo então censor prof. A Conde Scrosoppi, em 13 de março de 1953; o parecer com o qual esse ilustre colega justificou seu ponto de vista é curto porém objetivo e incisivo, parecer este que eu não teria, como não tenho, dúvida alguma em subscrever

² NUNES, Mário no *Jornal Diário de Notícias*, quando da estréia da peça. Apud: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=cias_biografia&cd_verbete=488. Acessado em 15/11/2007.

3. *Perdoa-me por me traíres*: a “família brasileira” exige o veto

O ano era 1957 e o presidente era Juscelino Kubitschek. Depois de muita conversa entre o autor, o diretor e as autoridades, os censores do Rio de Janeiro liberaram a peça *Perdoa-me por me traíres* com corte da cena de aborto.

O diretor da peça, Léo Jusi, justificou que a cena era de condenação ao aborto, o médico seria um “gângster de profissão” chupando mixirica e cuspidando os caroços na sala de operação. Segundo o diretor, a cena não seria tão chocante porque ela seria feita com duas mesas ginecológicas, em uma ficaria o médico - realizando a operação imaginária - e em outra a garota, contorcendo-se. O chefe da censura concordou, mediante apresentação de ensaio geral, assistido por três censores.

Quando a peça estreou a platéia explodiu em aplausos e vaias, principalmente vaias, palavrões, senhoras subindo nas cadeiras para gritar “tarado”. Nelson, sem se conter, gritava “Burros! Zebus!”. Envolveu-se no tumulto o vereador da UDN, Wilson Leite Passos, que em uma briga com um espectador que aplaudia a peça, sacou uma arma.

No dia seguinte a censura proibiu a peça. Wilson Leite Passos fizera uma verdadeira campanha pela interdição, era imoral que o Municipal, um teatro destinado a balés, clássicos sinfônicos e óperas, encenasse um tarado como Nelson Rodrigues. Além disso, a Igreja católica não se conformava com a cena de aborto.

Léo Jusi procurou o progressista Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e uma das figuras mais importantes da cidade. O bispo foi muito receptivo e prometeu falar com Dom Jaime de Barros Câmara. Nelson Rodrigues e o ator Gláucio Gill foram falar com Francisco Negrão de Lima, prefeito da cidade. A peça foi liberada e lotou o municipal por dois meses.

No mesmo ano, em São Paulo, graças a interferência das Senhoras Católicas, o processo foi ainda mais complicado. Em junho de 1957, Jayme Costa faz um requerimento ao Departamento de Censura de São Paulo, segundo consta, a peça *Perdoa-me por me traíres* seria encenada em setembro, no Teatro Municipal, o requerente ainda destaca que a peça havia sido encenada recentemente no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Mais de um mês depois, o censor Raul Fernandes Cruz veta a peça, justificando a ação com o artigo de 188 do regimento policial do Estado de São Paulo, que proíbe a representação de peças que possam induzir a prática de crimes, que contenham ofensas à moral e aos bons costumes.

Em ofício endereçado ao Secretário de Segurança Pública, Jayme Costa solicita a revisão da censura e argumenta que a mesma já havia sido encenada no Rio de Janeiro e que “nada encerra que possa contrariar as mais seduzidas convicções sociais”. O Secretário, então, nomeia uma comissão de intelectuais para opinar sobre a peça, composta pelo Doutor Nelson da Veiga, delegado auxiliar da segunda divisão policial, pelo professor Hilário Veiga de Carvalho e pelo Doutor Francisco Luiz de Almeida Sales.

O Doutor Francisco Luiz de Almeida Sales defende a liberdade de expressão e a necessidade da censura ser exigida com máxima cautela, especialmente com obras artísticas, pois esta é regida pelo plano estético e não moral. Pondera também sobre a qualidade do autor, mesmo que essa não seja uma de suas melhores obras, e sobre a possibilidade de não se utilizar a interdição total da peça. Reconhece que a peça aborda temas imorais, e por isso, deve ser proibida para menores de 21 anos, que segundo ele, é a forma mais legítima de censura.

Em parecer conjunto, o Doutor Nelson da Veiga e do professor Hilário Veiga de Carvalho propõe-se a manutenção das conclusões da censura, pois a peça nada tem de artístico, sendo a linguagem de baixo jaez, com situações de visão pervertida da vida carioca, as cenas são ignóbeis, investido contra valores sociais indiscutíveis, devendo o autor, que apresenta alguns rasgos de talento, aproveitá-lo em algo mais próximo do teatro. Dessa maneira, o Secretário de Segurança Pública indefere o recurso de Jayme Costa.

Em um ofício, Jayme Costa toma ciência da nova recusa da censura e afirma que recorrerá. No verso o Governador do Estado de São Paulo, em 30 de setembro de 1957, afirma ao presidente da Comissão Estadual de Teatro, que “a peça, nos termos em que se encontra, é inaceitável, se houver revisão nas formas e nos termos, submete a peça, outra vez, à censura”.

Nesse momento, em que o Governador, o Secretário de Segurança e o Departamento de Censura de São Paulo estão envolvidos na censura, também as entidades da sociedade se envolvem: a classe teatral apresenta, ao Governador, seu protesto contra a interdição da peça, em respeito ao princípio de liberdade de criação artística, consagrado pela constituição. Constatam assinaturas de Sérgio Cardoso, Abdias do Nascimento, Augusto Boal, José Renato, Sábato Magaldi, Décio de Almeida Prado, entre outros.

O governador, então, solicita à Comissão Estadual de Teatro (CET) que se pronuncie sobre a censura. Esta opina pela sua liberação, levando em conta a posição do autor no teatro brasileiro e o princípio de liberdade de criação artística; mas sugere alguns

cortes, a fim de salvaguardar a ordem e a proibição da peça para menores de 21 anos. Os cortes sugeridos são: Põe gaze nisso, entope isso de gaze; lembrás quando eu te pedia pra por tua saliva na minha boca? (no ouvido da mulher) eu quero beber da tua boca; o verdadeiro defloração é o primeiro beijo na boca; imagina tu que ela própria me disse que fazia higiene íntima 3 vezes por dia, se tem cabimento; beijo de língua; a cena do aborto passar-se-ia no escuro, mantendo apenas os rostos iluminados.

Jânio Quadros escreve no verso desse mesmo parecer que a censura reveja seu parecer, tendo em vista o da CET.

Mas continuam os embates. O censor considera que os cortes propostos pela CET não alteram o conteúdo da obra, que “permanece o mesmo na forma e no fundo”. O presidente da CET emite um parecer afirmando que a CET propôs alterações e estas foram aceitas pelo governador, portanto, para ele, a peça está liberada.

Diante do impasse o Secretário de Segurança envia a peça à consideração do governador. O governador determina que a peça poderá ser levada à cena com os cortes sugeridos e limitada a audiência para maiores de 21 anos e observa que se as orientações não forem seguidas a risca a peça será interditada.

A peça seria liberada, mas aí intervém outra entidade, a Cruzada das Senhoras Católicas de Santos com uma carta e a Liga das Senhoras Católicas, da capital do Estado, com um abaixo assinado com cerca de 110 páginas. Elas alegam que a peça possui caráter “altamente indecoroso e destrutivo ofendendo frontalmente a dignidade do nosso povo”.

Diante de nova divergência e em resposta ao abaixo assinado, o Governador constitui uma comissão para opinar sobre a peça, composta por Lourival Gomes Machado, da faculdade de filosofia; Herculano pires, jornalista e presidente do sindicato dos jornalistas; e Francisco Silva Júnior, da sociedade amigos da cidade.

Dois pareceres opinam pela interdição: Herculano diz ser contra a intervenção em assuntos dessa natureza, mas sendo a peça mera exploração sensacionalista da temática sexual e desprovida de qualidade artística, ele considera danosa sua exibição para qualquer público.

Francisco Silva Jr é contrário a liberação desse “pseudo-drama”, afirma não ser católico, e por isso não se influenciou pelo abaixo assinado, não conhecer obras do autor, não se deixando levar por sua notoriedade, considera o texto imundo e chocante, sem preocupações com a linguagem ou com o sentimento alheio, considera-se surpreso da peça

ter sido representada no Rio de Janeiro e afirma ser visceralmente contra a censura ou qualquer outra forma de intervencionismo estatal, mas apóia a interdição da peça.

Apenas Lourival Gomes Machado defende a liberação, com os cortes propostos, tendo em vista que: os maiores de 21 anos possuem o discernimento necessário; o estado não deve afetar a liberdade de criação; o estado deve manter a equidade de ação, peças como de teatro de revista foram liberadas mesmo contendo palavras de baixo calão.

Jânio Quadros revê a liberação da peça e afirma que não há nenhum demérito da avaliação da CET e que voltou atrás depois de alertado pelo abaixo-assinado das Senhoras Católicas e tendo em vista o parecer da comissão por ele formada.

Dois anos depois, em 1959, há um novo requerimento pela encenação da peça e o Governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto mantém a decisão do seu antecessor, pois “nenhum fato novo veio a modificar a situação que envolve a peça”. Considera que tal proibição não fere a liberdade de expressão uma vez que cabe ao “poder público zelar pela moral pública”.

4. Boca de Ouro: deu no jornal

Foi a primeira e única estréia paulista de Nelson, mas antes teve de amargar alguns meses interditada no Departamento de Diversões Públicas: a peça foi impugnada pelo censor José Salles sob justificativa de conter apologia direta e indireta a crimes, além de ser maliciosa e induzir aos maus crimes. O Dr. Aloysio de Oliveira Ribeiro corrobora a posição do censor José Salles, o qual pedira anteriormente que aquele lesse a peça e se pronunciasse.

Na carta ele escreve coisas como: "O autor é um monstro, um doente ou um calculista frio, que procura [...] agredir a sociedade, solapar a sua estrutura moral." O diretor da divisão escreve que se trata de uma peça suja e que, se liberada sua encenação, ela emporcalharia a ribalta, aprovando com isso o veto do censor e autorizando que este seja cumprido.

No entanto, foram anexados ao processo, recortes de notícias de jornais, o que indica a importância dada, pelo departamento, a imagem que a censura teria. A matéria do Jornal *Última Hora*, de 19 de setembro, traz um entrevista com o diretor da peça e com uma das atrizes da peça em que dizem que se trata de um equívoco e que o fato da interdição é lamentável. Além disso, traz a notícia de que a mesma peça foi liberada no Rio

de Janeiro, para abrir uma temporada do Teatro Nacional de Comédia, ocasião em que esteve presente o presidente Juscelino Kubitschek.

O Jornal O Estado de S. Paulo, de 20 de setembro, traz uma pequena nota em que se refere à vinda do autor para tratar da interdição da peça. Diante do recurso da Companhia Brasileira de Comédia e do ofício da Comissão Estadual de Teatro, o diretor da divisão permite o reexame da peça, desde que este seja procedido por uma comissão representativa. Não indicou nenhum representante da Comissão Estadual de Teatro para integrar a referida comissão, porque, como ponderou o crítico Miroel Silveira, aquele órgão já tinha orientação firmada acerca do exame censório. O diretor destaca que a formação de tal comissão não desqualifica o parecer do censor, ao contrário, comprova que o departamento de censura está em exercício democrático, zelando pela sociedade.

A matéria do Jornal Diário da Noite, de 22 de setembro de 1960, traz a notícia da concessão da Divisão de Diversões Públicas bem como transcreve toda a carta, do dia 20 de setembro.

Em 26 de setembro de 1960, depois da leitura da peça e da discussão de trechos controversos procedida pelos membros da comissão, esta, decidiu pela liberação da peça e restrição para menores de 18 anos. O Jornal *A Gazeta*, no dia seguinte, publica a resolução da comissão nomeada pela DDP.

5. Notas finais: Censurar não é só emprego do censor

Os três processos de censura dispostos nesse artigo procuram esclarecer porque Nelson Rodrigues foi sistematicamente vetado, assim como analisar os movimentos que interferiam nas preocupações censórias.

Cada peça de Nelson Rodrigues era um impasse para eles [os censores]. A censura tinha de ser rigorosa, porque ele escrevia coisas que a “sociedade não aceitava”, como diziam. E isso significava corte de cenas (...). Ao mesmo tempo, achavam que a proibição sumária da peça ou simples cortes era tudo que a fome publicitária de Nelson mais queria (CASTRO, 1992).

Ruy Castro aponta um caminho. O censor da peça *Perdoa-me por me traíres* aponta outro – que não necessariamente exclui a outra hipótese. “Os cortes propostos não alteram, na forma e no fundo, o conteúdo da obra”.

E a obra de Nelson, como disseram a Liga das Senhoras Católicas, os pareceristas, os censores: é desagregadora, investe contra valores sociais indiscutíveis. Não bastava

censurar este ou aquele trecho, muito menos simples palavrões – que aliás são raríssimos. O autor, como ele mesmo disse³, trabalhava com o acúmulo, toda a peça estava “infestada” de personagens “mórbidos”, mas que nem por isso deixavam de ser extremamente humanos, reais. E que por isso, como os próprios censores diriam, solapavam as mais cediças convicções sociais.

No entanto, foram proibidas, em São Paulo, duas peças que foram encenadas no Rio de Janeiro. Estaria a família carioca mais apta a receber os golpes do “tarado Nelson Rodrigues”?

Essas interdições mostram um jogo de poder que envolve a mídia e o prestígio do autor junto aos poderosos do momento. Um exemplo é a liberação de ‘*Senhora dos Afogados*’, graças à intervenção de Otto Lara Resende junto a Tancredo Neves.

Durante os onze anos que Getúlio Vargas esteve no poder as peças de Nelson estiveram “livres” da censura, ao menos no Rio de Janeiro. O sobrinho de Getúlio, Manoel Vargas Neto, era amigo de Mário Filho, e já havia ajudado Nelson a encenar sua primeira peça, quando mais ninguém a queria.

Getúlio sabia quem era Nelson Rodrigues. Sabia que era filho de Mário Rodrigues, proprietário de *Crítica*, o único jornal irremediavelmente destruído na revolução de 1930. (...) não se sabe se Getúlio sentia-se em dívida para com os Rodrigues. O fato é que, em todos os anos em que esteve no poder Nelson nunca foi aborrecido pela censura. E sempre teve o Municipal a sua disposição (CASTRO, 1992).

Outro exemplo é ‘*Boca de ouro*’, que seria mais uma peça proibida em São Paulo, não fosse a publicação de inúmeras matérias sobre a interdição da peça e a vinda do autor a São Paulo. Prova de que a mídia fazia a diferença no cenário é a anexação de recortes de jornais da época, onde os atores declaram o equívoco que é a interdição da peça.

Diante dessa mobilização a censura, sempre em busca de legitimação e interessada em se fingir representativa, nomeia uma comissão para deliberar a respeito da censura. A comissão libera a peça para maiores de dezoito anos.

Esse processo demonstra o quanto a ação da mídia influenciava positivamente a liberação da peça, mas em inúmeros momentos escolheu se calar. A idéia de um quarto poder que lutou arduamente contra a censura por uma sociedade democrática se quebra. Possivelmente, a mídia só se manifestou contra a censura quando incitada pela vinda do

³ RODRIGUES, Nelson. Teatro desagradável. *Dionysos*, Rio de Janeiro, out. 1949.

autor e pelos seus inúmeros amigos jornalistas, como Décio de Almeida Prado, que na época era crítico do Estado de São Paulo.

Senão, como justificar o silêncio da imprensa paulista frente à proibição de *Senhora dos Afogados*. A censura paulista poderia contrariar uma decisão do Ministro da Justiça não era uma pauta importante? Como o próprio autor não sabia que sua peça havia sido proibida – novamente?

Durante quarenta anos foi mantido profundo silêncio em torno dos reais motivos da proibição da peça. Ruy Castro, que pesquisou a fundo a vida de Nelson Rodrigues, sequer considera no livro *Anjo Pornográfico* essa possibilidade.

Através desses processos e das notícias publicadas pode-se notar claramente a assimilação da necessidade da censura pela sociedade – quando a peça foi liberada, graças à intervenção da CET – órgãos representativos da sociedade, como as Ligas das Senhoras Católicas, professores universitários e o presidente do sindicato dos jornalistas, opinaram e lutaram pela interdição da peça.

A própria CET a fim de salvaguardar a ordem, sem interferir na liberdade artística, propõe cortes e a proibição da peça para menores de 21 anos, provavelmente em uma tentativa desesperada de liberar a peça.

Inúmeras pessoas, órgãos e entidades públicas são consultados – desde o governador até prestigiados diretores teatrais, a censura interdita a peça, para depois liberá-la com cortes, para depois liberá-la novamente. Para finalmente interdita-la definitivamente. Mostrando o quanto o órgão em si estava desvalorizado, mas a sociedade não deixava de exigir sua intervenção.

Em inúmeros pareceres “intelectuais” se dizem contra a censura e a intervenção estatal, mas apóiam a proibição da peça. Por fim a voz ouvida foi a das Senhoras Católicas e dos censores, que desde o início desejavam a interdição completa.

Esse resultado contesta em muito a idéia de que a censura era uma aberração burocrática e atrasada, que não representava os interesses da sociedade. E todos os silêncios ou aplausos em torno das proibições que Nelson Rodrigues sofreu demonstram isso claramente.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Ruy. O anjo Pornográfico - A vida de Nelson Rodrigues. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Censura em Cena - o teatro e a censura no Brasil, a partir do Arquivo Miroel Silveira.* São Paulo, Edusp & Imprensa Oficial, 2006.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso.* São Paulo, Editora Contexto, 2000.

Kushnir, Beatriz. Cães de guarda jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988 São Paulo: Boitempo Editorial: FAPESP, 2004.

GOMES, Mayra R. “Palavras proibidas: um estudo da censura no teatro brasileiro” in Revista Comunicação, mídia e consumo, publicação da ESPM, vol. 2, ano 2, nº. 5. São Paulo, novembro de 2005.

MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro.* São Paulo, Global, 1997.

PRADO, Décio de Almeida. *O Teatro Brasileiro Moderno.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

_____. *Apresentação do Teatro Brasileiro Moderno: crítica teatral de 1947-1955.* São Paulo: Perspectiva, 2001.

MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro.* São Paulo, Global, 1997.

_____. *Teatro Completo de Nelson Rodrigues.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Nelson Rodrigues: Dramaturgia e encenações.* São Paulo: Perspectiva: EDUSP, 1987

RODRIGUES, Nelson. Teatro desagradável. *Dionysos*, Rio de Janeiro, out. 1949.

Sitiografia:

Fonte:

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=cias_biografia&cd_verbete=488. Acessado em 15/11/2007 às 17 horas.